

1º Simulado  
**TJDFT**

Analista Judiciário, Área Judiciária:  
Sem Especialidade e Oficial de Justiça  
Avaliador Federal - Pós-Edital



# Simulado

1º Simulado TJDFT – Cargos Analista Judiciário, Área Judiciária Sem Especialidade e  
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TJDFT;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TJDFT.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Analista-12-03-22>**

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

**LÍNGUA PORTUGUESA****Fabício Dutra**

Peça para um homem descrever um mulherão. Ele imediatamente vai falar do tamanho dos seios, na medida da cintura, no volume dos lábios, nas pernas, bumbum e cor dos olhos. Ou vai dizer que mulherão tem que ser loira, 1,80m, siliconada, sorriso colgate. Mulherões, dentro deste conceito, não existem muitas: Vera Fischer, Leticia Spiller, Malu Mader, Adriane Galisteu, Lumas e Brunas. Agora pergunte para uma mulher o que ela considera um mulherão e você vai descobrir que tem uma a cada esquina.

**01.** Infere-se do texto acima, de Martha Medeiros, que:

- a) A autora concorda com a visão da maioria dos homens sobre o que é um mulherão.
- b) O aumentativo mulherão, na visão dos homens, refere-se a tamanho.
- c) Mulheres e homens se confrontam quando o assunto é definir o que é um mulherão.
- d) A visão de mulherão da autora permite inferir que o sufixo aumentativo não refere a aspectos físicos.
- e) O termo 'Agora' funciona como elemento que confirma o que foi dito antes.

**02.** Assinale a opção em que o termo apresenta o sufixo '-ão' com o mesmo valor proposto pelas mulheres, segundo a autora.

- a) pernã
- b) folião
- c) dedão
- d) jogão
- e) casarão

**03.** Mulherão é aquela que pega dois ônibus por dia para ir para o trabalho e mais dois para voltar, e quando chega em casa encontra um tanque lotado de roupa e uma família morta de fome. Mulherão é aquela que acorda de madrugada para pegar a senha da matrícula na escola e aquela aposentada que passa horas em pé na fila do banco para buscar uma pensão merreca. Mulherão é a empresária que administra dezenas de funcionários de segunda a sexta, e uma família todos os dias da semana.

Mulherão é aquela que se depila, que passa cremes, que se maquia, que faz dieta, que malha, que usa salto alto, meia-calça, ajeita o cabelo e se perfuma, mesmo sem nenhum convite para ser capa de revista.

Segundo o texto acima, assinale a alternativa correta.

- a) Apesar de o termo 'Mulherão' ter sido formado por um sufixo formador de palavra masculina, conclui-se, por meio da análise das escolhas lexicais da autora, que foi mantido o gênero feminino.
- b) O acréscimo do afixo '-ão' ao termo 'Mulher' fez surgir um vocábulo de classe gramatical diferente do primitivo.
- c) Para ser considerada 'Mulherão', é preciso que a mulher enfrente e vença dificuldades.
- d) Mulherão não envolve aspectos ligados a vaidade, segundo a autora.
- e) Ao definir 'Mulherão', a autora pratica o erro da generalização em seu argumento.

**04.** Mulherão é aquela que pega dois ônibus por dia para ir para o trabalho e mais dois para voltar.

Assinale a opção em que o termo 'que' pertença à mesma classe do destacado acima.

- a) Ficou claro que todos estavam errados.
- b) Ele avisou aos alunos que a aula seria cancelada.
- c) Nunca entendi muito bem o que você quis dizer.
- d) Ela, durante a aula, gritou que ficou rouca.
- e) É neste prédio que funciona a sede da empresa.

**05.** Assinale a opção em que o acento grave tenha sido empregado por um motivo diferente dos demais.

- a) O rapaz entregou o pacote à moça da portaria.
- b) Entregou o documento às meninas.
- c) Manteve-se sempre fiel às suas convicções.
- d) Eles visitaram à casa dos pais.
- e) À uma hora, começará o último jogo do torneio.

**06.** Assinale a opção abaixo em que não ocorre redundância.

- a) Saiu cedo, mas, no entanto, chegou na hora.
- b) Para abrir a embalagem, levante a alavanca para cima.
- c) Campanha do governo do Estado contra a violência entra em nova fase.
- d) Morrerás morte vil na mão de um forte.
- e) Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!

**07.** Pra ser sincero não espero de você

Mais do que educação

Beijo sem paixão

Crime sem castigo

Aperto de mãos

Apenas bons amigos.

A expressão 'sem castigo' poderia ser substituída por 'impune'. Assinale a opção em que há erro nesse tipo de substituição.

- a) O amor de mãe é o mais forte de todos. ... (materno)
- b) Mariana estava com cólica de abdômen. ... (abdominal)
- c) O equipamento do médico foi esterilizado. ... (medicinal)
- d) Você não tem uma história de terror para nos contar? (aterrorizante)
- e) O planejamento da semana já está pronto. (semanal)

**08.** Eu não quero falar com Putin, eu tenho que falar.

Todas as frases abaixo são construídas por dois segmentos, com algum tipo de pontuação entre eles; o emprego de uma conjunção após o sinal de pontuação, de modo a preservar o sentido da frase, acontece em:

- a) Delegações da Ucrânia e da Rússia se encontraram pela 2ª vez na 5ª feira para negociar o cessar-fogo do conflito, não chegaram a um acordo. (conquanto).
- b) Choveu bastante, a colheita está garantida. (porque)
- c) Perdemos o jogo, jogamos muito bem. (de modo que)
- d) As pessoas gostam de consumir, ninguém está comprando roupas atualmente. (porém)
- e) Gisele desistiu de comprar um automóvel, ela tem vontade de possuir um veículo. (porquanto)

09. As versões oficiais não necessariamente correspondem à realidade e servem como arma para enfraquecer o inimigo.

Nesse segmento, há uma ocorrência do conectivo E com valor de adição; a frase abaixo em que esse mesmo conectivo mostra valor diferente é:

- a) Ela era muito inteligente e queria ser professora.
- b) Tanto a China quanto a Índia se recusaram a condenar a invasão brutal da Rússia e ambas se abstiveram de votar nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da Assembleia Geral.
- c) Os países acumularam um recorde de US\$ 146 bilhões em comércio bilateral no ano passado e continuaram a tradição de treinamento conjunto com um exercício militar combinado em larga escala .
- d) 'Você publica este artigo e sua carreira vai para o brejo'
- e) A Ucrânia se juntou à principal iniciativa de desenvolvimento e infraestrutura chinesa em 2017 e, no ano passado, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky saudou a Ucrânia como uma potencial “ponte para a Europa” para a China.

10. Até agora, a China se recusou a condenar o ataque russo ou chamá-lo de “invasão” e disse que entende as “legítimas preocupações de segurança” de Moscou. A mídia estatal chinesa também repetiu os pontos de discussão russos sobre a Ucrânia. E Guo Shuqing, presidente da Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China, disse que o país não participará de sanções.

Mas Pequim também tem ligações com a Ucrânia, que tem a China como seu maior parceiro comercial . A Ucrânia se juntou à principal iniciativa de desenvolvimento e infraestrutura chinesa em 2017, e no ano passado o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky saudou a Ucrânia como uma potencial “ponte para a Europa” para a China.

O texto acima deve ser classificado predominantemente como:

- a) publicitário, pois faz propaganda sobre a guerra;
- b) informativo, pois dá a conhecer fatos novos;
- c) normativo, pois indica regras a serem seguidas;
- d) didático, pois ensina como proceder;
- e) metalinguístico, pois indica significados de palavras.

#### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Emerson Bruno

11. De acordo com a Lei de Organização e Divisão Judiciárias, NÃO é órgão integrante da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

- a) o Conselho Especial.
- b) o Conselho da Magistratura.
- c) a Auditoria e o Conselho de Justiça Militar.
- d) os Juízes de Direito Substitutos do Distrito Federal.
- e) o Tribunal de Justiça Militar do Distrito Federal e dos Territórios.

12. O Des. Rubens ocupa um cargo de direção no TJDFT possuindo dentre suas atribuições a de conceder a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro, bem como extingui-la, nos casos previstos em lei, declarando vago o respectivo serviço. O cargo de direção ocupado pelo Des. Rubens é:

- a) o de Corregedor-Geral de Justiça.
- b) o de Presidente do TJDFT.
- c) o de Primeiro Vice-Presidente do TJDFT.
- d) o de Segundo Vice-Presidente do TJDFT.
- e) o de Vice-Corregedor-Geral de Justiça.

**13.** De acordo com o Regimento Interno do TJDFT, o Conselho Especial corresponde:

- a) ao Tribunal Pleno do tribunal, sendo composto por 48 Desembargadores.
- b) ao Conselho da Magistratura do tribunal, sendo composto por 10 Desembargadores.
- c) ao Órgão Especial do Tribunal, sendo composto por 11 Desembargadores mais antigos e 10 Desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno.
- d) a uma Comissão Permanente do Tribunal, responsável pela elaboração do Regimento Interno do TJDFT.
- e) ao Órgão de Controle externo do Tribunal, sendo composto por cidadãos e por Deputados Distritais da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**14.** Conforme previsto no Regimento Interno do TJDFT, processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de

constitucionalidade de lei ou de ato normativo distrital em face da Lei Orgânica do Distrito Federal é uma competência:

- a) do Tribunal Pleno.
- b) da Câmara de Uniformização.
- c) do Conselho da Magistratura.
- d) do Conselho Especial.
- e) das Câmaras Cíveis.

**15.** De acordo com a LODJ/DFT, aos servidores do Quadro do Tribunal de Justiça aplica-se o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis:

- a) do Distrito Federal, observado, também, o ordenamento jurídico que regulamenta o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- b) da União, observado, também, o ordenamento jurídico que regulamenta o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Justiça Federal.
- c) do Estado de Goiás, observado, também, o ordenamento jurídico que regulamenta o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- d) do Conselho Nacional de Justiça, observado, também, o ordenamento jurídico que regulamenta o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Justiça Federal.
- e) do Ministério Público da União, observado, também, o ordenamento jurídico que regulamenta o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

**PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA E  
PROVIMENTO JUDICIAL APLICADO AO PROCESSO  
JUDICIAL ELETRÔNICO**

Tiago Zanolla

**16.** Segundo o Provimento geral da corregedoria aplicado aos juízes e ofícios judiciais, o magistrado exerce o poder disciplinar face aos servidores subordinados ao juízo. Dentre as apurações possíveis, não cabe ao juiz de direito

- a) instaurar sindicância para apurar o fato e, se for o caso, aplicar penalidade de advertência ou de suspensão até 30 (trinta) dias.
- b) avaliar a possibilidade de aplicar o Termo de Compromisso de Adequação Funcional – TCAF, no caso de infração disciplinar leve, observado o disposto em ato normativo próprio.
- c) determinar, quando entender necessário e mediante decisão fundamentada, que o processo administrativo tramite sob sigilo.
- d) determinar o arquivamento, de plano, da representação manifestamente infundada contra servidor.
- e) instaura procedimento administrativos, se for o caso, aplicar penalidades de demissão a bem do serviço público.

**17.** Segundo o Provimento geral da corregedoria aplicado aos juízes e ofícios judiciais, analise os itens abaixo e assinale a opção correta acerca das inspeções e correições judiciais.

- a) Os Juízes realizarão, entre os meses de março e setembro, inspeção ordinária anual, que compreenderá todos os processos em tramitação na vara.
- b) A correição, ordinária ou extraordinária, poderá ser delegada aos Juízes Assistentes da Corregedoria, mediante ato do Corregedor.
- c) As correições dos processos sob sigilo de justiça não poderão ser acompanhadas pelos

representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção DF.

- d) O Juiz removido ou promovido realizará inspeção especial na vara de destino no prazo de até 30 dias, contados da data de início do exercício.
- e) Os prazos processuais serão suspensos durante a inspeção.

**18.** Segundo o provimento judicial aplicado ao processo judicial eletrônico, assinale a opção correta acerca das guias de recolhimento e levantamento de valores.

- a) O recolhimento dos depósitos judiciais será efetuado em instituição bancária oficial, cabendo ao Tribunal a Administração dos valores.
- b) Os valores decorrentes de depósitos judiciais serão levantados mediante mandado judicial.
- c) O alvará eletrônico conterá a assinatura digital do juiz ou do Escrivão da causa e será expedido em nome da parte e/ou do advogado que tenha procuração válida com poderes específicos para receber e dar quitação.
- d) As guias para recolhimento dos depósitos judiciais serão emitidas exclusivamente por meio eletrônico.
- e) Em nenhuma hipótese será admitida a expedição de alvará de levantamento por meio físico.

**19.** Segundo o provimento judicial aplicado ao processo judicial eletrônico, o usuário, ao acessar o PJe mediante o uso de login e senha, poderá enviar arquivos não assinados digitalmente, devendo assiná-los com certificado digital em até

- a) 24 horas
- b) 48 horas
- c) 5 dias
- d) 15 dias
- e) 30 dias

20. Segundo o provimento judicial aplicado ao processo judicial eletrônico, assinale a opção incorreta

- a) A intercorrência de feriado, interrupção de expediente ou suspensão de prazo entre o dia inicial e o dia final do prazo para a conclusão da comunicação não terá nenhum efeito sobre sua contagem.
- b) Será considerada realizada a intimação eletrônica na data em que o ato judicial for publicado no Diário da Justiça Eletrônico, ou subsidiariamente, na data em que o intimando tiver inequívoca ciência quanto ao integral conteúdo da decisão em momento anterior à publicação.
- c) Tratando-se de comunicações urgentes, se frustrada a entrega pelos sistemas informatizados disponíveis, ou se não confirmados o recebimento e a leitura até o dia útil seguinte ao da transmissão, o remetente expedirá mandado de intimação via Oficial de Justiça.
- d) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.
- e) Os avisos de recebimento devidamente assinados pelo recebedor das comunicações feitas pelos Correios deverão ser digitalizados e os respectivos arquivos juntados aos autos eletrônicos. Depois de digitalizados e juntados aos autos digitais, serão mantidos no ofício de justiça, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Carlos Schmitt e seu amigo Fernando Lassale, estudantes de direito e concurseiros, estavam conversando a respeito das diversas classificações das constituições, bem como analisaram algumas assertivas sobre esse conteúdo, dentre elas apenas uma se mostrou incorreta considerando o entendimento doutrinário sobre o tema, assinale essa alternativa:
- a) Do ponto de vista material, a Constituição é o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais.
  - b) Quanto ao conteúdo as constituições podem ser classificadas como formais, quando se elege como critério o processo de formação da norma e não o seu conteúdo.
  - c) A constituição dirigente estabelece diretrizes, programas que devem ser cumpridos pelo Estado, tendo como destinatário exclusivo o Poder Legislativo.
  - d) Constituição-garantia é aquela que visa limitar o poder do Estado em face da sociedade, estabelecendo direitos e garantias individuais, são também chamadas de constituições clássicas.
  - e) Constituição formal e material são sentidos ou dimensões que não necessariamente se sobrepõem ou coincidem com exatidão, sendo possível haver normas formais, mas não materialmente constitucionais, e vice-versa.



**22.** O texto acima nos remete aos conceitos de supremacia da constituição, dessa forma é correto afirmar que:

- a) todas as normas constitucionais são equivalentes em termos de hierarquia e dotadas de supremacia formal em relação às demais normas infraconstitucionais.
- b) para assegurar essa supremacia, basta um sistema jurídico escalonado, não sendo necessário um controle de constitucionalidade sobre as leis e os atos normativos.
- c) no Estado que adota uma Constituição do tipo flexível, existe supremacia formal da Constituição, porque há distinção entre os processos legislativos de elaboração das normas.
- d) a constituição não se coloca no vértice do sistema jurídico do país e não tem como competência disciplinar a estrutura e organização dos órgãos do Estado.
- e) só há supremacia formal na Constituição costumeira quando for a regra da rigidez constitucional que esteja em vigor.

**23.** Maria, brasileira naturalizada, foi condenada criminalmente, através de sentença judicial transitada em julgado, tendo sido aplicada pena de multa e prestação social alternativa; ainda durante o cumprimento da sua pena, Maria decide voltar a trabalhar, mas para isso precisa colocar o seu filho, Henrique, que possui 3 anos de idade em uma creche. Maria foi então até a escola mais próxima da sua casa para matricular seu filho e foi informada que não há mais vagas disponíveis, indignada, Maria vai até a prefeitura municipal e é informada que não há vagas em nenhuma creche no município para a idade de seu filho.

À luz da sistemática constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) o direito pleiteado por um Maria é uma liberdade individual;

- b) Como Maria está com a sua cidadania suspensa, pela condenação criminal transitada em julgado, ela não poderá exigir o direito a vaga para seu filho.
- c) Maria possui direito a vaga na creche para o seu filho, tratando-se de direito social;
- d) Apesar de Maria ter direito a vaga na creche, pode o município invocar a reserva do possível, alegando que não possui condições financeiras para garantir a vaga.
- e) O direito a educação somente está ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

**24.** Mariano, governador do estado do Rio de Janeiro, casa-se com Letícia, deputada federal eleita pelo estado do Paraná, a qual já possuía uma filha chamada Jacira, advinda de outro relacionamento pretérito. Na vigência do vínculo conjugal, enquanto Mariano e Letícia estão no exercício de seus mandatos, Jacira manifesta interesse em também ingressar na vida política, candidatando-se ao cargo de deputada estadual, cujas eleições estão marcadas para o mesmo ano em que completa 23 (vinte e três) anos de idade.

A partir das informações fornecidas e com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Jacira preenche a idade mínima para concorrer ao cargo de deputada estadual, mas não poderá concorrer no estado do Rio de Janeiro, por expressa vedação constitucional, enquanto durar o mandato de Mariano.
- b) Uma vez que Jacira está ligada a Mariano, seu padasto, por laços de mera afinidade, inexistente vedação constitucional para que concorra ao cargo de deputada estadual no estado do Rio de Janeiro.

- c) Jacira não poderá concorrer por não ter atingido a idade mínima exigida pela Constituição como condição de elegibilidade para o exercício do mandato de deputada estadual.
- d) Jacira não poderá concorrer ao mandato eletivo apenas no Paraná onde sua mãe é deputada Federal;
- e) Jacira não poderá concorrer nos estados do Rio de Janeiro e do Paraná, uma vez que a Constituição dispõe sobre a inelegibilidade reflexa ou indireta para os parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau nos territórios de jurisdição dos titulares de mandato eletivo.

**25.** O deputado federal João Cornetinha apresentou um projeto de lei que versava sobre a prestação de assistência religiosa em prisões. O projeto propunha que a assistência fosse ofertada pelas confissões religiosas e sem custo para o Poder Público. Após o curso regular do processo legislativo, foi promulgada a Lei nº 1.234/2021.

À luz do ordenamento jurídico brasileiro, a referida Lei é:

- a) Inconstitucional, pois o Estado é laico, logo, isso impede a assistência religiosa nas prisões;
- b) Constitucional, desde que a assistência religiosa seja ao mesmo tempo oferecida, a cada preso, por todas as religiões existentes;
- c) Inconstitucional, visto que tal projeto só poderia ser apresentado pelo Presidente da República;
- d) Inconstitucional, pois as pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos de internação coletiva não têm direito a assistência religiosa;
- e) Constitucional, pois esse tipo de assistência religiosa é um direito fundamental.

**26.** Acerca do Poder Judiciário e das disposições gerais, assinale a opção correta.

- a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por 5 vezes consecutivas ou 6 alternadas em lista de merecimento;
- b) o juiz titular em nenhuma hipótese poderá residir fora da comarca.
- c) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;
- d) Não é necessário que decisões administrativas dos tribunais do Poder Judiciário sejam motivadas.
- e) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas em qualquer grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

**27.** A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A transformação do Território Federal em Estado será regulada pela respectiva Constituição Estadual.
- b) Os Territórios, caso existentes, não poderiam ser subdivididos em Municípios.
- c) Os Territórios Federais integram a União e o respectivo Estado federado onde estiver situado.
- d) Os Territórios, caso existentes, elegeriam quatro deputados federais e três senadores.
- e) Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais;

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Herbert Almeida

28. Considere que Maria exerceu, de forma transitória e sem remuneração, função no Poder Judiciário federal. No exercício de suas funções, Maria permitiu que Joana utilizasse bens integrantes do acervo patrimonial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios sem as formalidades legais aplicáveis à espécie. Considere ainda que Joana não goza de qualquer vínculo formal com o poder público. Com base nessas informações e no que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações), assinale a opção correta:

- a) Maria não poderá responder por improbidade administrativa, por exercer suas funções sem remuneração.
- b) o mero exercício da função pública por Maria, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afastaria a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- c) Maria praticou ato administrativo que gera enriquecimento ilícito.
- d) o ato praticado por Maria causa lesão ao erário, e, especificamente na hipótese citada, a Lei determina que deve ser comprovada sua ação ou omissão, dolosa ou culposa.
- e) Maria poderá responder pela prática de ato de improbidade, uma vez que é considerada agente público, mas Joana não poderá responder por improbidade, mas apenas por ilícitos de outra natureza, em virtude da inexistência de vínculo com o Estado.

29. No exercício das funções administrativas, determinada decisão exige a participação de quatro setores de órgãos e entidades distintos. A administração pretende decidir a questão de forma coordenada, e para tanto, deverá observar os requisitos previstos na Lei nº 9.784/1999. Acerca desses requisitos, assinale a opção correta.

- a) a decisão coordenada pode ser adotada em qualquer hipótese, desde que todas as partes envolvidas estejam de acordo.
- b) a simples discordância quanto à matéria, independentemente da existência de comprometimento da celeridade do processo, justifica a adoção da decisão coordenada.
- c) a decisão coordenada será convocada pela autoridade máxima do órgão ou da entidade que tiver maior responsabilidade na condução da matéria em exame ou, na impossibilidade de sua definição, pela autoridade de mais alto nível hierárquico entre os órgãos e as entidades que participarão da decisão.
- d) as decisões tomadas de maneira coordenada excluem a responsabilidade originária dos órgãos envolvidos, que passam a responder em conjunto.
- e) é vedada a adoção da decisão coordenada nos processos de licitação e que envolvam autoridades de poderes distintos.

**30.** José ingressou no serviço público federal e agora está vinculado ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990). Essa é sua primeira experiência como servidor público e ele está com algumas dúvidas acerca do período de estágio probatório. Acerca desse tema, é correto afirmar para José que:

- a) sua aptidão e capacidade para exercício do cargo serão objeto de avaliação, considerando-se fatores como assiduidade e capacidade de iniciativa.
- b) a avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório deve ser enviada à autoridade competente seis meses antes de findo o período do estágio.
- c) caso não seja aprovado no estágio, José será demitido.
- d) enquanto estiver no período do estágio, José não poderá exercer nenhum cargo em comissão ou função de confiança.
- e) o servidor poderá licenciar-se por motivo de doença em pessoa de sua família, situação em que a atividade será contada como efetivo exercício do cargo para fins de estágio probatório.

**31.** Supondo que foi criada, na estrutura da Administração Indireta, após autorização legislativa, uma entidade com personalidade de direito privado para prestação de serviços públicos, com patrimônio próprio e capital integralmente público.

Nesse caso, podemos afirmar que se trata de uma

- a) autarquia.
- b) fundação pública.
- c) empresa pública.
- d) sociedade de economia mista.
- e) agência executiva.

**32.** Acerca das hipóteses de contratação direta, assinale a alternativa correta, com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993:

- a) a licitação é dispensável para a contratação de obras, serviços de engenharia e compras cujo valor seja de até 10% do limite para a licitação na modalidade tomada de preços.
- b) havendo emergência ou calamidade pública, a licitação é inexigível, vedada a prorrogação dos contratos firmados sob essa justificativa.
- c) será dispensado o procedimento licitatório quando se tratar de alienação a terceiros de imóveis recebidos pela Administração por dação em pagamento.
- d) a licitação é dispensável quando, havendo impossibilidade de competição, a administração necessite realizar a contratação de serviços técnicos especializados.
- e) para contratação de serviços de publicidade e divulgação, é vedada a inexigibilidade.

**33.** A concorrência é modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Conforme previsão da Lei nº 14.133/2021, admite os seguintes critérios de julgamento, exceto:

- a) menor preço.
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico.
- c) técnica e preço.
- d) maior lance.
- e) maior retorno econômico.

**34.** O pregão, modalidade licitatória instituída em âmbito nacional pela Lei nº 10.520/2002, possui como característica a busca pela maior celeridade nos procedimentos de contratação na administração. Acerca dessa modalidade, considerando as regras da Lei nº 10.520/2002, é correto afirmar que:

- a) o prazo de validade das propostas apresentadas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo distinto no edital.
- b) a equipe de apoio deverá ser integralmente composta por servidores ocupantes de cargo efetivo na administração.
- c) a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, mesmo que, em algumas hipóteses, acabem por limitar a competição de forma injustificada.
- d) para assegurar o cumprimento das determinações do edital, a Administração poderá exigir do licitante a apresentação de garantia de proposta, desde que observado o limite de um por cento sobre o valor estimado da contratação.
- e) homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo improrrogável de trinta dias.

#### NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

**35.** Preconiza o Código Civil que aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) Os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.

- c) O agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.
- d) Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- e) O tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições.

**36.** A Lei nº 8.009/1990 rege a impenhorabilidade do bem de família. Julgue a assertiva correta com base na lei:

- a) O imóvel residencial próprio da entidade familiar apenas será impenhorável se alegado em processo após o vigor da Lei nº 8009/90.
- b) A Lei nº 8009/90 aplica-se à penhora realizada antes de sua vigência, desfazendo a da referida constrição judicial.
- c) Caso a entidade familiar tenha mais de um imóvel residencial, a impenhorabilidade estará limitada a apenas um dos imóveis em questão, cabendo à família deliberar sobre o imóvel contemplado com a garantia através de petição ao juízo cabível.
- d) A impenhorabilidade é oponível em cobranças territoriais e prediais.
- e) O conceito de impenhorabilidade do bem de família não abrange o imóvel pertencente a pessoas solteiras, viúvas e separadas.

**37.** Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Em relação a esse tipo de contrato, é correto afirmar que:

- a) É contrato gratuito.
- b) A coisa consignada pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.
- c) O consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição.
- d) O consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**38.** Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é incorreto afirmar que:

- a) Quando o casamento for realizado no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- b) Quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.
- d) Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.

e) As correções a texto de lei já em vigor serão consideradas lei nova.

**39.** Assinale a alternativa que, na forma do Código Civil, elenca os interessados a requerer a sucessão provisória:

- a) O cônjuge não separado judicialmente.
- b) Os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.
- c) Os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.
- d) Os credores de obrigações vencidas e não pagas.
- e) O Ministério Público.

**40.** Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.
- b) Salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acrescidos.
- c) O usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- d) É possível transferir o usufruto por meio de alienação.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

41. Suponha que o Governador de determinado Estado tenha emitido decreto determinando que apenas pessoas vacinadas contra o Covid-19 podem ingressar e permanecer em espaços públicos.

Em resposta, o Ministério Público desse mesmo Estado propôs habeas corpus coletivo tendo como paciente a população local. O único pedido do habeas corpus é a declaração de nulidade do referido decreto.

Sobre essa situação, podemos afirmar, consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que:

- a) o habeas corpus é medida adequada e o Ministério Público tem legitimidade para a sua impetração.
- b) apesar de viável, em tese, o habeas corpus, o Ministério Público não tem legitimidade para a impetração.
- c) o habeas corpus não é medida adequada, pois seu cabimento está intimamente relacionado à possibilidade de prisão, o que não está presente no caso.
- d) o habeas corpus não é medida adequada, pois não é possível a declaração da invalidade de atos do poder público nessa sede.
- e) o habeas corpus não é medida adequada, pois não é via própria para o controle de constitucionalidade de atos normativos e porque é imprescindível a identificação dos pacientes e a individualização do alegado constrangimento ilegal.

42. A empresa XPTO é alvo de cumprimento de sentença. A execução é definitiva, tendo a decisão exequenda transitado em julgado.

Consultando o processo, o advogado da empresa constatou que a dívida estava prescrita no momento em que proposta a ação de cobrança, mas esse fato não foi reconhecido ou alegado a qualquer momento durante a fase de conhecimento.

Sobre essa situação, podemos afirmar corretamente que referida prescrição:

- a) pode ser alegada em sede de impugnação ao cumprimento de sentença ou mesmo ser reconhecida de ofício pelo juiz.
- b) pode ser alegada em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, mas não cabe o seu conhecimento de ofício na fase de cumprimento.
- c) não pode ser conhecida em sede de cumprimento de sentença, mas o juiz poderia reconhecer o fato de ofício.
- d) não pode ser conhecida em sede de cumprimento de sentença nem pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.
- e) não pode ser conhecida em sede de cumprimento de sentença, exceto se houver concordância do exequente.

**43.** Suponha que o Distrito Federal tenha firmado convênio com a União para a compra de ambulâncias, no entanto, o servidor público da Secretaria de Saúde do DF responsável pela gestão dos recursos afetados ao programa tenha deixado de prestar as respectivas contas ao órgão federal competente.

O Ministério Público do Distrito Federal pretende propor ação de improbidade em face do servidor omissor, todavia, o promotor de justiça responsável pela investigação está em dúvida quanto à competência da Justiça do Distrito Federal para o julgamento da ação.

Sobre essa situação, é possível afirmar corretamente, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que:

- a) como a prestação de contas deveria ser feita perante órgão federal, a competência para a ação é da Justiça Federal.
- b) compete à Justiça Federal o julgamento da ação ainda que as verbas transferidas tenham se incorporado definitivamente ao patrimônio do Distrito Federal.
- c) considerando-se que o servidor acusado de improbidade é do Distrito Federal, a competência é da Justiça do Distrito Federal.
- d) se as verbas transferidas tiverem se incorporado definitivamente ao patrimônio do Distrito Federal, a competência seria da Justiça do Distrito Federal.
- e) a competência será da Justiça Federal caso algum ente federal manifeste interesse em participar do processo e esse interesse seja reconhecido pelo juízo federal.

**44.** Os embargos de terceiro:

- a) têm natureza de recurso.
- b) não podem ser apresentados pelo proprietário fiduciário.
- c) são distribuídos por dependência ao juízo que determinou a constrição do bem.
- d) não admitem tutela provisória.
- e) têm como legitimado passivo o juiz que ordenou a constrição do bem.

**45.** Sobre o tema tutela provisória, é correto afirmar que:

- a) a tutela provisória de evidência pode ter caráter satisfativo ou cautelar.
- b) a tutela providência de urgência pode ser requerida em caráter antecedente ou incidental.
- c) não há previsão de rito específico para o requerimento de tutela provisória antecedente.
- d) a tutela de urgência cautelar pode se estabilizar.
- e) a decisão que defere a tutela provisória é discricionária, visto que é admissível a sua revogação ou modificação a qualquer tempo.

**46.** A decisão de julgamento parcial de mérito:

- a) não comporta recurso imediato.
- b) só pode ser objeto de cumprimento provisório de sentença enquanto não transitar em julgado a parcela restante do mérito.
- c) só pode ser proferida quando houver pedido incontroverso.
- d) se transitar em julgado, poderá ser objeto de ação rescisória, ainda que a parcela restante do mérito não tenha transitado em julgado.
- e) só pode reconhecer obrigação líquida.



47. Suponha que certa execução está em fase de alienação do bem imóvel penhorado. No edital de alienação judicial, foi fixado o preço mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Por outro lado, consta do processo laudo emitido por oficial de justiça avaliando o imóvel em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Nesse caso, considera-se vil o lance cujo valor seja inferior a:

- a) R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 80.000,00.
- c) R\$ 50.000,00.
- d) R\$ 40.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

#### NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

48. Analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo favorecer o agente será aplicada aos fatos anteriores, salvo se já tiver havido sentença penal condenatória transitada em julgado.

II – A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após sua vigência.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I
- c) I e III
- d) II e III
- e) III

49. Durante um cruzeiro marítimo, Sandro, brasileiro, pratica um crime de lesão corporal grave contra Ana, também brasileira. O fato ocorreu no 3º dia de um cruzeiro que duraria sete dias, realizado em uma embarcação privada, de bandeira brasileira, quando esta se encontrava navegando em alto-mar, tendo partido do porto do Rio de Janeiro com destino à Espanha.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.
- b) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da personalidade passiva, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio do pavilhão, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- e) Não será aplicável plica a lei penal brasileira.

50. Rogéria, desejando matar Helena, sua colega de trabalho, colocou uma dose de veneno na bebida da vítima. Helena acabou por ingerir a substância, sentindo-se mal minutos depois. Levada ao hospital, Helena foi submetida imediatamente a um procedimento cirúrgico. Ao final do procedimento, considerado um sucesso, Helena acabou por falecer em razão do desabamento do teto do hospital, ocasionado pela queda de uma barreira.

Nesse caso, é correto afirmar que Rogéria:

- a) deverá responder por homicídio simples consumado.
- b) deverá responder por homicídio simples tentado, em razão de concausa superveniente relativamente independente, que por si só, produziu o resultado.

- c) deverá responder por homicídio qualificado consumado.
- d) deverá responder por homicídio qualificado tentado, em razão de concausa superveniente relativamente independente, que por si só, produziu o resultado.
- e) deverá responder por homicídio qualificado tentado, em razão de concausa superveniente absolutamente independente.

**51.** No que tange ao *iter criminis*, como regra, para que haja um fato punível é necessário que o agente:

- a) Inicie a cogitação do crime
- b) Inicie a preparação do crime
- c) Inicie a execução do crime
- d) Finalize a execução do crime
- e) Finalize a preparação do crime

**52.** Alexandre, estagiário do TJDFT, retardou indevidamente a juntada de uma petição em determinado processo cível, com a finalidade de prejudicar Pierre, seu desafeto, que era uma das partes interessadas no referido processo.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Alexandre configura:

- a) prevaricação
- b) condescendência criminosa
- c) corrupção passiva privilegiada
- d) extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento
- e) fato atípico, pois não é considerado funcionário público para fins penais

**53.** Em determinado processo criminal que tramita perante a 02ª Vara Criminal de Brasília-DF Juarez, réu pela suposta prática do crime de extorsão simples, ofereceu a Tatiana vultosa quantia em dinheiro para que esta, na qualidade de testemunha, viesse a prestar afirmação falsa em juízo. Tatiana aceitou a proposta e, no dia de seu depoimento, efetivamente fez afirmações falsas em Juízo. O Juiz que presidia a instrução, porém, percebeu que as declarações eram falsas e determinou a extração de cópias ao Ministério Público, bem como proferiu sentença em audiência, condenando Juarez pelo crime a ele imputado na inicial acusatória. A defesa de Juarez interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Juarez e Tatiana deverão responder pelo crime de falso testemunho, majorado.
- b) Juarez praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Tatiana praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço
- c) Juarez praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Tatiana praticou o crime de falso testemunho, sem majoração
- d) Juarez e Tatiana não praticaram crime, eis que o depoimento falso foi irrelevante para o deslinde da causa
- e) Caso Tatiana se retrate e declare a verdade antes do julgamento do acórdão, estará extinta sua punibilidade

**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

**54.** Acerca de lei processual no tempo, o Código de Processo Penal adotou o:

- a) sistema do isolamento dos atos processuais.
- b) sistema misto.
- c) sistema das fases processuais.
- d) sistema acusatório
- e) sistema da unidade processual.

**55.** Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, EXCETO:

- a) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- b) averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuírem para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- c) determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.
- d) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- e) ordenar a identificação do ofendido pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.

**56.** Em relação aos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta.

- a) As partes poderão intervir na nomeação do perito
- b) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, caberá recurso em sentido estrito.

c) O juiz estará impedido de atuar no processo se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

d) Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

e) A constituição de defensor independerá de instrumento de mandato, mesmo se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório

**57.** Maria, brasileira, mudou sua residência para Bolívia, em lugar incerto. Enquanto Maria residia no Brasil praticou o crime de recitação e, por conta disso, o Ministério Público ofereceu denúncia contra esta. Considerando a situação hipotética, Maria será citada por meio de:

- a) carta precatória.
- b) telefone.
- c) citação por hora certa.
- d) edital.
- e) carta rogatória.

**58.** No que tange ao processo comum, o prazo para que o acusado apresente a resposta à acusação é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

59. Em relação ao procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A acusação deverá arrolar testemunhas, até o máximo de 8, na denúncia ou na queixa
- b) O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- c) O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.
- d) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
- e) O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 anos de notória idoneidade.

60. Acerca do *habeas corpus* e seu processo, previsto no Código de Processo Penal, considere os próximos itens.

- I – Cabe o *habeas corpus* contra a prisão administrativa, atual ou iminente, dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à Fazenda Pública, alcançados ou omissos em fazer o seu recolhimento nos prazos legais.
- II – O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
- III – Efetuadas as diligências, e interrogado o paciente, o juiz decidirá, fundamentadamente, dentro de 24 horas.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.

d) I e III.

e) Nenhuma das alternativas.

# Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Analista-12-03-22>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>